



Darwin foi um darwinista social?

Was Darwin a social darwinist?

José Costa Júnior

Doutorado em Filosofia

Instituto Federal de Minas Gerais - Ponta Nova

jose.costajunior@yahoo.com.br

Recebido em 24/04/2018

Aprovado em 25/06/2018

Resumo: O presente artigo aborda o debate sobre a relação entre moralidade e teoria da evolução a partir da publicação de *A Origem das Espécies*. Primeiramente, discute-se a hipótese darwiniana acerca das origens evolutivas da moralidade humana, que buscava explicar, a partir de um ponto de vista evolutivo, aquela que seria a “mais distintiva das capacidades humanas”. Na sequência, aborda-se a busca por uma orientação normativa no processo evolutivo, a partir das hipóteses de Herbert Spencer e dos darwinistas sociais. O objetivo é mostrar como este último programa envolve enganos do ponto de vista científico e do ponto de vista filosófico, diferindo radicalmente do programa descritivo oferecido por Darwin.

Palavras-chave: darwinismo, sociedade, moralidade.

Abstract: This paper addresses the debate on the relationship between morality and biological evolution since the publication of *The Origin of Species*. Firstly, the Darwinian hypothesis about the evolutionary origins of human morality, which sought to explain, from an evolutionary point of view, what would be the "most distinctive of human capacities" is discussed. In the sequence, the search for a normative orientation in the evolutionary process is approached, from the hypotheses of Herbert Spencer and the social darwinists. The objective is to show how this latter program involves deceptions from a scientific and philosophical point of view, differing radically from the descriptive program offered by Darwin.

Keywords: darwinismo, society, morality.

A história da humilhação crescente

Os escritos do período da pré-publicação de sua principal hipótese científica mostram que Charles Darwin esteve consciente de que a teoria que desenvolvia sobre a origem e o florescimento das diferentes formas de vida, incluindo os seres humanos, seria fruto de controvérsias e especulações (LEWENS, 2007, p. 2). Sua hipótese contrariava a noção comum de que a ordem natural das coisas implicava a necessidade de um Criador, ao qual os seres humanos foram criados “à imagem e semelhança”, conforme descrito no livro bíblico do *Gênesis*. A proposta darwiniana apontava que, do mesmo modo como todas as formas de vida existentes e que já existiram, os seres humanos eram fruto de um longo, lento e contingente processo natural



de desenvolvimento. Essa contestação da descrição tradicional das origens humanas fez com que um angustiado Darwin maturasse cautelosamente sua “perigosa ideia” por duas décadas, sem lançá-la ao público. Por algum tempo, manteve sua teoria em particular, buscando cada vez mais evidências que a comprovassem, compreendendo a necessidade de prudência e cuidado com sua concepção.

Durante o processo de maturação de sua hipótese, Darwin passou a conceber os seres humanos como integrantes do reino animal, alimentando a esperança de explicar nossas origens sem referência a alguma instância sobrenatural, tema que lhe parecia pertencer antes àquilo que chamava de “metafísica da moral”: “O homem viria de macacos?” questionou a si mesmo. E respondeu: “O homem em sua arrogância pensa em si como uma obra grandiosa, digna da intervenção de uma divindade. É mais humilde – e mais verdadeiro, acredito – considerar que foi criado a partir de animais”. (Citado em BROWNE, 2007, p. 50). Desse modo, os “tumultos morais”, como Darwin identificava as dúvidas e questionamentos sobre as implicações antropológicas de sua hipótese, o aproximavam da filosofia materialista, doutrina de ordem metafísica que busca explicar a natureza geral da realidade apontando a inexistência de forças sobrenaturais. Parte considerável de seu dilema em relação à sua teoria envolvia essa negação do caráter sobrenatural da criação de todas as coisas, não só pelas novas perspectivas que abria para a possível origem da humanidade, mas também pela maneira como questionava o papel direto da ação sobrenatural.

Com a publicação de *A Origem das Espécies*, em 1859, seguida da publicação de *A Descendência do Homem e a Seleção Sexual*, em 1871, a hipótese darwiniana¹ foi imediatamente reconhecida como “notável contribuição à cena intelectual, ampla no alcance, acurada e repleta de dados em apoio às suas propostas” (BROWNE, 2007, p. 38). A teoria da evolução, como ficou conhecida a hipótese darwiniana, representou no século XIX um fenômeno análogo ao que, dois séculos antes, acontecera com o modelo astronômico proposto por Nicolau Copérnico: uma verdadeira revolução no conhecimento da natureza, “fecunda de consequências e desdobramentos, não apenas no campo da biologia” (REALE & ANTISERI, 1991, p. 370). A imagem que os humanos nutriam de si durante milênios no Ocidente, encarnada numa teoria fixista sobre a origem das formas de vida e que apontava o caráter imutável de tais formas, alterou-se radicalmente. E se, com Copérnico, a revolução astronômica reorganiza a ordem da

¹ O termo “darwiniano” é utilizado neste trabalho para referir especificamente à teoria de Charles Darwin. Já o termo “darwinismo” será usado para tratar de aspectos ligados ao programa de pesquisa desenvolvido a partir da hipótese darwiniana. Dessa forma, seguindo David Hull (1985), o termo “darwinismo” será compreendido como uma entidade histórica, que vem sofrendo alterações.



disposição espacial, dando à Terra e ao homem lugares distintos em relação às concepções anteriores, com Darwin uma nova revolução reorganiza a ordem das coisas no interior do espaço terrestre. Com Copérnico e com Darwin, altera-se a hipótese geral relativa ao lugar do humano na “ordem natural das coisas”.

O impacto da explicação de cunho naturalista elaborada por Darwin das origens das formas de vida, incluídos os seres humanos e suas distintivas características, está diretamente ligado à intuição comum de que vivemos em um mundo que transcende o mundo natural. Tal crença distingue o mundo produzido pelo “espírito”, mente ou outra forma de identificação humana e o mundo natural. Trata-se de um dualismo que funda um abismo entre a humanidade e a natureza. Nesse sentido, todo pensamento sobre a realidade material transcenderia necessariamente esta realidade. Assim, de acordo com esta visão, a matriz cultural da filosofia, das artes, das leis, da religião e das ciências forma um universo invisível e autônomo de significados, onde a verdadeira base da existência deve ser encontrada na ordem da mente. Nesses termos, o filósofo espanhol José Ortega y Gasset (1939, p. 33) comparou a condição humana com a de um “centauro ontológico”: “O ser do homem é feito de uma matéria tão estranha que é, em parte, aparentada com a natureza e em parte não o é, simultaneamente natural e fora da natureza, uma espécie de centauro ontológico, em que uma metade está ligada à natureza e a outra metade a transcende”.

Concorrente com esta visão, que podemos chamar de transcendente, está a defesa de que toda a vastidão do universo, “desde o seu começo no tempo até ao seu fim último, desde as menores partículas até as maiores galáxias está sujeita a regras, leis naturais compreensíveis pela mente humana” (PAGELS, 1990, p. 12). Tudo se origina e se ordena no universo simplesmente a partir de tais regras. A vida na Terra passa a ser vista como uma complexa reação química que conduziu à evolução, à diferenciação das espécies e à contingente emergência da humanidade, com suas variadas instituições (morais, religiosas e culturais). Tais visões da natureza geral da realidade – a natural e a transcendente – entram em conflito. Dessa forma, o impacto da hipótese darwiniana foi, em certo sentido, apontar como o dito reino transcendente poderia vir a ser estruturado materialmente e naturalmente, explicando fenômenos anteriormente creditados a causas transcendentais a partir de leis naturais, como a origem e desenvolvimento das formas de vida e suas distintas características. Além disso, ao apontar a origem natural dos seres humanos e explicar naturalmente suas características mais distintivas, Darwin invadiu a seara transcendente da condição humana, até então identificada como autônoma, independente e indeterminada em relação às regras do mundo natural.



Uma ilustração do processo de compreensão humana da realidade através de meios naturais de inferência e observação e seu impacto sobre a visão geral da humanidade é realizada pelo ficcionista Martin Amis (1995), que nos apresenta no romance *A Informação* um personagem que almeja escrever “A história da humilhação crescente”. Este tratado narra o destronamento gradual da humanidade de sua posição central do universo, iniciada por Copérnico e que nos faz, “a cada século, ficarmos menores”. Segundo tal descrição, Darwin remodela a concepção de humano, apontando a hipótese de que somos produto das mesmas leis naturais que criaram os animais. A ilustração descrita nesta ficção, que identifica o processo de compreensão do nosso lugar na ordem das coisas como uma “humilhação crescente”, mostra de maneira direta o dilema do qual Darwin foi prisioneiro: “As antes nítidas linhas que separavam os humanos dos animais – os monopólios da linguagem, raciocínio, fabricação de ferramentas, cultura e até autoconsciência – foram borradas, uma após outra, à medida que a ciência reconhecia essas faculdades em outros animais.” (AMIS, 2004, p. 198). O fato de as “nítidas linhas” de separação entre os humanos e os animais serem borradas pela hipótese de Darwin colocou em dúvida o que até então se acreditava sobre a condição humana. Se os seres humanos não passam de animais, oriundos dos mesmos processos naturais que originaram outras formas de vida, o que restaria da dignidade e da liberdade humanas?

A teoria darwiniana da evolução e suas implicações

Sobre o modo de organização das coisas vivas, podemos identificar duas visões de mundo. De acordo com uma primeira visão, que podemos identificar como fixista, os seres vivos podem ser ordenados numa grande e ampla cadeia, que vai das formas mais primitivas até as mais avançadas. No topo dessa pilha biológica, encontra-se a espécie humana. Não haveria nenhum tipo de conexão nem elos de parentesco entre as diferentes formas dos seres vivos. Seria possível atribuir uma ordem a essa cadeia, um planejamento de uma inteligência maior que organiza a realidade, com reflexos no mundo natural, conferindo a harmonia que observamos entre os seres vivos. Uma versão desse posicionamento é defendida naquele que ficou conhecido como “argumento do desígnio”, exposto pelo teólogo britânico Willian Paley, em *Natural Theology* (1803): assim como um relógio reflete necessariamente a obra de um relojoeiro, os organismos vivos são necessariamente resultado de uma concepção divina, uma vez que não poderiam vir a existir pelo acaso, devido à sua complexidade exclusiva.

Outra forma de compreensão do mundo vivo começa a se desenvolver no mundo ocidental moderno em meados do século XVIII, a partir de hipóteses ainda mais antigas



(BOWLER, 1989, p. 29). Opondo-se ao modelo fixista, tal visão apontava a centralidade do papel da mudança e da transformação no mundo natural: trata-se de uma visão “transformista” ou “evolucionista”. A ideia central dessa visão é que a organização do mundo vivo envolve um estado de fluxo. A ideia torna-se objeto de investigação quando se supõe que as mudanças na organização da matéria são regulares e governadas por regras, que existem leis que descrevem as relações entre as coisas no curso de intervalos conhecidos de tempo se aplicam com igual força a períodos de tempo que são diretamente vivenciados. Dessa forma, ao se descobrir quais são as causas da mudança, se têm as condições, em princípio, de explicar como o mundo veio a se tornar o que é.

É dentro desse debate que Darwin irá apresentar sua hipótese. Após uma longa viagem marítima pelo hemisfério Sul a bordo do HMS Beagle, na qual fez relevantes observações e intenso trabalho de levantamento de dados, Darwin estava pronto para propor uma resposta para a grande questão não resolvida de sua época, “o mistério de todos os mistérios”, que envolve diretamente o debate aqui exposto: *qual é a origem da diversidade observada no mundo natural?* Entre 1837 e 1839 Darwin produziu toda a estrutura teórica de sua hipótese, em cerca de novecentas páginas de anotações. No entanto, optou por não publicar, buscando cada vez mais evidências empíricas de sua proposta (HOWARD, 2003, p. 15-16). Em 1858, recebe uma carta do jovem naturalista Alfred Russell Wallace, que se encontrava nas Índias Orientais Holandesas, e que havia chegado a conclusões parecidas. Assim, em 1858, os trabalhos de Darwin e Wallace foram publicados numa comunicação conjunta, que continham uma nova visão do evolucionismo.² Os dois naturalistas haviam realizado, paralelamente, investigações que apontavam na mesma direção. No entanto, Wallace e a comunidade científica acabaram por reconhecer a proeminência da pesquisa de Darwin, tanto por seu trabalho anterior, quanto pelo maior detalhamento da proposta darwiniana.

O conteúdo do trabalho de Darwin foi publicado na forma de livro, em 1859, após mais de 20 anos de pesquisa e maturação da hipótese, com o título *On the origin of species by means of natural selection*. Nele Darwin descreve a natureza do processo evolutivo, através do que denominou como “seleção natural”:

A seleção natural atua somente através da acumulação de variações ligeiras, sucessivas e favoráveis ao indivíduo; e não pode produzir modificações grandes ou súbitas, pelo que apenas pode agir por passos pequenos e lentos. É assim

² A comunicação foi assim publicada: DARWIN, Charles; WALLACE, Alfred. R. “On the tendency of species to form varieties; and the perpetuation of varieties and species by natural selection.” *Journal of the Proceedings of the Linnean Society, Zoology*, Vol.3, p. 53-62, 1858.



possível perceber o cânone *Natura non facit saltum*, que cada nova conquista do conhecimento tende a confirmar. (DARWIN, 1859, p. 405)

A Origem das Espécies foi reconhecido desde sua publicação como uma contribuição valorosa à cena intelectual, ao mesmo tempo em que foi atacado e criticado de modo passional por propor que todos os organismos vivos haviam se originado em processos totalmente naturais. O objetivo de fundo de Darwin é mostrar que as espécies que conhecemos são o produto de lentas e graduais modificações, onde toda e qualquer geração de um ser vivo completamente novo envolve algum tipo de modificação em relação a seus descendentes. Ao longo do tempo, tais modificações acabam por propiciar o surgimento de novas espécies, e ao longo desse desenvolvimento, acabam por ficar diferentes das formas iniciais. Tal hipótese mudou radicalmente a visão sobre o desenvolvimento e surgimento das diferentes formas. É relevante ressaltar que Darwin não utiliza a terminologia “evolução” na publicação original de *A Origem das Espécies*, identificando o processo de origem e diferenciação das espécies como “descendência com modificação” e utilizada o termo “evoluído” uma única vez, no parágrafo final do texto. Dessa forma, não há a exposição de critérios teleológicos ou progressistas entre as formas de vida na exposição inicial da hipótese darwiniana.

Darwin utilizou duas fontes de evidência para desenvolver sua hipótese. A primeira fonte apontava que os seres vivos criados e cultivados pelos humanos, isto é, animais e plantas domésticos, possuem grande variabilidade em suas estruturas. Tal variabilidade não é causada intencionalmente pelos seres humanos; estes apenas expõem os seres vivos domesticados a novas condições de vida. Nesse sentido, os seres humanos selecionam as variações ocorridas, adaptando os animais e plantas ao seu próprio gosto. Este processo de seleção foi o mecanismo de formação das mais diversas raças domésticas, o que pode ser observado pelo fato de que muitos dos animais e plantas criados pelos humanos possuem características muito diferentes das encontradas na espécie quando em estado natural. O segundo tipo de evidência veio do estudo e da observação de diversas espécies de pombos, que levou Darwin a concluir que, mesmo com pequenas variações entre si, todos os indivíduos possuíam uma conexão entre as gerações e uma descendência comum.

Num segundo momento, Darwin observa que, quando os organismos estão em estado natural, ocorrem disputas pela sobrevivência, que vêm a acontecer também quando há mudanças no meio ambiente. Esse embate pela sobrevivência acontece devido às altas taxas de reprodução que se pode observar em todos os organismos vivos. Essa concepção darwiniana acerca da luta pelos recursos que impacta na sobrevivência nas formas de vida advém da leitura do ensaio



publicado em 1798 pelo britânico Thomas Malthus, intitulado *An Essay on the Principle of Population*. Seu objetivo era explicar como as populações humanas permanecem em equilíbrio em relação aos recursos existentes para alimentá-las. Malthus defendeu que a tendência natural da humanidade era sempre crescer. No entanto, a produção de alimentos não conseguia acompanhar esse crescimento. Mesmo assim, existe um equilíbrio aproximado, já que o número de indivíduos é controlado por limitações naturais diversas, como a morte causada por fomes e doenças, além das próprias ações humanas. Influenciado por Malthus, Darwin conclui que há uma guerra parecida no mundo natural, uma luta pela existência. Nessa luta para viver, os organismos mais desprovidos de características necessárias à sobrevivência tendem a desaparecer primeiro, e as formas mais saudáveis ou mais bem adaptadas às circunstâncias, permanecem vivas e geralmente procriam. Se tais ações se repetissem diversas vezes, os organismos tenderiam a ser cada vez mais adaptados às suas condições de existência, uma vez que haveria um tipo de seleção entre as formas de vida.

Assim, partindo da variação entre os diferentes indivíduos de uma mesma população, da hereditariedade dos traços e da luta pela existência presente no mundo vivo, Darwin desenvolve o conceito de “seleção natural”, que explicaria a diversidade das formas de vida no mundo natural. Conforme a definição de Darwin:

Se sob condições variáveis os seres vivos apresentam diferenças individuais em quase todas as partes de sua estrutura, e isto não pode ser contestado; se existe, por causa do aumento de sua taxa de crescimento geométrico, uma renhida luta pela sobrevivência em qualquer idade, estação, ou ano, e isto certamente não pode ser colocado em questão; então, considerando a infinita complexidade das relações que todos os seres orgânicos mantêm entre si e com suas condições de sobrevivência, causando uma inumerável diversidade na estrutura, constituição, e hábitos, trazendo-lhes vantagens, seria o fato mais inusitado se nenhuma variação útil tivesse ocorrido para o próprio bem-estar de cada ser, da mesma forma como muitas das variações úteis foram causadas pelo homem. Mas, se ocorrem variações úteis para os seres orgânicos, certamente os indivíduos assim caracterizados terão as melhores chances de preservação na luta pela vida, e por causa do forte princípio de hereditariedade, estes tenderão a produzir descendentes com características similares. A este princípio de preservação ou sobrevivência do mais apto, denominei *Seleção Natural*. (DARWIN, 1959, p. 121-122)

A ideia de seleção natural era mais presente do que a defesa da ocorrência de uma “evolução”, se entendermos o termo no sentido da complexificação gradativa das estruturas dos seres vivos. Se, por um lado, já estavam disponíveis ideias evolutivas, por outro, não estava disponível uma proposta de mecanismo que pudesse resultar na evolução dos seres vivos. A inovação darwiniana foi identificar o mecanismo responsável pela diversidade nas formas de vida, expondo evidências empíricas da existência do mesmo através de um “longo argumento”,



conforme o próprio Darwin descreve em *A Origem das Espécies*. O “mistério de todos os mistérios” estava resolvido, conforma a definição de Daniel Dennett:

As espécies se originaram por ‘descendência com modificação’ a partir de espécies anteriores – não por Criação Especial. Assim, em outro sentido, não se pode negar que Darwin explicou a origem das espécies. Sejam quais forem os mecanismos atuantes, eles evidentemente têm início com a emergência de variedades dentro de uma espécie e terminam, depois que as modificações se acumularam, com o nascimento de uma nova espécie descendente. (DENNETT, 1995, p. 46).

Darwin deliberadamente evita tratar de questões humanas em *A Origem das Espécies* e se esquivava de qualquer debate acerca da presença divina ou sobrenatural nas dinâmicas no mundo natural. É provável que estivesse consciente de que, por mais que pudesse tratar tais questões de forma séria e cautelosa, tudo que dissesse provocaria furiosas controvérsias. Silenciou-se o quanto pode acerca do tema das origens e capacidades humanas, embora no final do livro faça uma referência às expectativas de sua hipótese para futuras pesquisas: “No futuro distante, visualizo novos campos que se estendem para pesquisas ainda mais importantes. A psicologia irá basear-se num fundamento novo, o da necessária aquisição gradual de cada faculdade mental”. (DARWIN, 1859, p. 418).

Conforme Ernst Mayr (2006, p. 46), é possível identificar cinco implicações principais da hipótese, que daqui por diante chamaremos também de “evolucionista” de Darwin: (i) as espécies são mutáveis, havendo distinção entre os indivíduos de cada geração; (ii) todos os organismos descendem de um ancestral comum, uma vez que os seres orgânicos que alguma vez viveram descenderam de uma única forma primordial; (iii) a evolução é gradual, não havendo saltos ou discontinuidades; (iv) as espécies tendem a se multiplicar (o que explica a origem da diversidade entre as formas de vida) e; (v) os indivíduos de uma espécie estão sujeitos à seleção natural, dada as circunstâncias e que existem. Essas são as respostas darwinianas para a questão ligada à dinâmica do mundo vivo, porém, como apontamos no início da seção, a teoria darwiniana questionou não apenas a crença na constância e pouca idade do mundo, “mas também a causa da notável adaptação dos organismos e, de forma mais chocante, a posição única do homem no mundo dos seres vivos” (MAYR, 2006, p. 29).

Como explicar a característica mais distintiva da humanidade?

Desde o início de sua investigação acerca da origem e diferenciação entre as formas de vida, Darwin mantinha preocupações acerca da situação dos seres humanos em seu quadro explicativo, apesar de não abordar a humanidade de maneira direta em *A Origem das Espécies*.



Porém, nas páginas iniciais de seu caderno de anotações específico sobre os processos de transformações das espécies (“Notebook B”), observou que “mesmo o espírito e o instinto vieram a ser o que são como resultados de adaptação a novas circunstâncias.” (Citado em RICHARDS, 1987, p. 92). Será com a publicação de *A Descendência do Homem e a Seleção Sexual* em 1871, que Darwin tratará especificamente da aplicação de sua teoria evolucionista para a humanidade.

Darwin propõe uma explicação da origem da humanidade apoiando-se nos dois principais argumentos estruturadores estabelecidos em *A Origem das Espécies*: o argumento da seleção natural e o argumento da descendência comum. O estabelecimento de uma origem comum para todas as formas de vida fez com que Darwin contrariasse distintas tradições religiosas e filosóficas, pois questionou o lugar de destaque da humanidade entre todas as formas de vida. Tal questionamento tem por base a hipótese de que a humanidade não é uma espécie criada à margem das demais, pois tem antepassados próximos dos outros animais, como descrito no capítulo final de *A Descendência do Homem*:

Considerando a estrutura embriológica do homem – as homologias que possui com os animais inferiores; os rudimentos que conserva e a regressão a que é suscetível, podemos parcialmente reconstruir em nossa mente a condição primitiva dos nossos antepassados; e podemos aproximadamente colocá-los em seu lugar na série zoológica. Aprendemos desta maneira que o homem descendeu de um quadrúpede peludo, com a cauda e as orelhas afiadas, provavelmente habituado a andar trepado pelas árvores e que habitava o Velho Mundo. (DARWIN, 1871, p. 701)

Já o argumento da seleção natural, de forma complementar ao argumento da descendência comum, explica que os seres vivos não são resultado especial de nenhuma força sobrenatural ou produto da habilidade de um projetista, contrariando as tradições antropológicas ocidentais. A espécie humana é o resultado da adaptação das certas espécies às pressões do meio ambiente e da constituição hereditária dos indivíduos sobreviventes desse processo. Tais argumentos trazem em seu cerne a ideia de gradualidade presente na concepção evolucionista de Darwin. Segundo essa hipótese, os seres humanos são produtos da evolução por seleção natural não apenas do ponto de vista físico, mas também em sua estrutura psicológica. Explicar a estrutura física do *Homo sapiens* não seria tarefa de grande dificuldade, dado que nossa estrutura física encontra paralelos em outras espécies primatas, conforme aponta no primeiro capítulo de *A Descendência do Homem*, apresentando uma série de paralelos entre humanos e outras formas de vida. Porém, o comportamento e as ações humanas, diferenciados em relação a outras espécies, eram grandes obstáculos à hipótese evolucionista, uma vez que as características distintivas da



humanidade, relativas às faculdades “superiores” do homem parecem não encontrar lugar numa explicação evolucionista.

Será que poderia haver um cenário para mostrar de forma convincente o surgimento das muitas características distintivas humanas que não encontravam análogo no restante do mundo animal? O então bispo de Oxford, Samuel Wilberforce, destacou o desafio de explicações naturalistas da condição humana:

A supremacia original do homem sobre a terra, a capacidade humana de articular uma linguagem, o dom da razão, o livre-arbítrio e a responsabilidade do homem... – tudo é igual e totalmente irreconciliável com a degradante noção da grosseira origem daquele que foi criado à imagem de Deus (DENNETT, 1995, p. 65).

A resposta darwiniana a esse desafio alteraria a explicação aceita sobre a natureza humana. A mente do homem, apesar das distinções oriundas dos seus grandes poderes intelectuais, evoluiu a partir da mente de animais que Darwin identifica como “inferiores”. O surgimento das capacidades superiores como a linguagem e o pensamento abstrato surgem a partir de capacidades mais simples, naturalmente selecionadas ao longo do processo de evolução da forma de vida humana. De modo parecido, nossos sentimentos mais elevados, teriam surgido através de uma “evolução gradual”, conforme Darwin escreve em *A Descendência do Homem*, a partir de sentimentos encontrados em outras formas de vida. Assim, numa direção contrária às explicações fixistas e essencialistas tradicionais, Darwin diferencia o homem de outros animais antes “por grau do que por natureza” e busca desenvolver uma explicação da origem biológica do humano, “o maior e mais interessante problema para o naturalista” (BROWNE, 2007, p. 78).

Darwin segue os defensores da supremacia humana, como Wilberforce, em relação à “indubitável e imensa superioridade mental” em relação aos outros animais, enumerando uma grande quantidade de faculdades tradicionalmente consideradas como exclusivas do humano. E também concorda com o julgamento de diversos autores de que, dentre todas as diferenças entre o homem e os outros animais, o senso moral, é de longe o mais importante:

Subscrovo plenamente a opinião daqueles escritores que sustentam que de todas as diferenças existentes entre o homem e os animais inferiores, o senso moral ou a consciência é inigualavelmente o mais importante. [...] Resume-se naquele breve, porém potente palavra “dever”, tão cheia de alto significado. É o mais nobre de todos os atributos do homem e impele-o sem a mínima hesitação a arriscar a própria vida por aquela do seu semelhante ou – depois da devida deliberação, instado simplesmente pelo profundo senso do direito ou da justiça – a sacrificá-la em prol de qualquer grande causa (DARWIN, 1871, p. 120).



Porém, é na tentativa de explicação naturalista e evolucionista da consciência moral humana que Darwin enfrentou sua maior dificuldade. Trata-se de um empreendimento de grande originalidade, uma vez que até então, as respostas mais influentes acerca da origem e natureza da moralidade afastavam a possibilidade de uma relação entre moralidade e natureza. Paradoxalmente, mesmo admitindo os argumentos da descendência comum e da seleção natural, que implicariam numa diferença de grau, mas não de tipo, Darwin reconhece que há uma diferenciação considerável entre humanos e o restante dos animais. A capacidade moral seria essa fronteira decisiva, mesmo desenvolvida naturalmente. Seu objetivo é mostrar que não há incompatibilidade entre estabelecer as origens naturais da humanidade e reconhecer a originalidade da capacidade moral. Nesse sentido, essa capacidade deve possuir uma origem ligada a um processo gradual de evolução similar às outras características humanas. Da mesma forma que as forças da evolução por seleção natural levaram ao desenvolvimento do olho, por exemplo, do mesmo modo fizeram com que desenvolvêssemos a capacidade moral. Darwin explica assim seus objetivos em relação a essa pesquisa:

Este grande problema tem sido debatido por muitos escritores de renomada habilidade; a minha única desculpa para tocá-lo consiste na impossibilidade de ignorá-lo e porque, pelo que sei, ninguém o abordou exclusivamente sob o prisma da história natural. A pesquisa possui também algum interesse independente, como uma tentativa para ver até que ponto o estudo dos animais inferiores lança luz sobre uma das mais altas faculdades psíquicas do homem. (DARWIN, 1871, p. 121).

A hipótese que Darwin defendeu é que o “senso moral” humano foi moldado por pressões evolutivas trouxe benefícios em termos de sobrevivência para a espécie. Mesmo que Darwin não aponte diretamente o que quer dizer com “senso moral” em *A Descendência do Homem*, alguns exemplos sugerem que o que tem em mente são nossas intuições, simpatias e emoções morais como, por exemplo, a vergonha, a raiva, o orgulho, a vingança, etc., numa proposta que pode ser descrita como uma discussão sobre as origens da nossa psicologia moral. Darwin assim via o senso moral como traço emergente do acoplamento de instintos sociais com a ampla capacidade intelectual humana. Entre tais instintos estariam os mais simples, como o medo, a alegria e a ansiedade, e outros mais complexos, como a gratidão, a generosidade e a memória. Nesse sentido, o desenvolvimento do senso moral é visto como ligado à natureza do homem como um animal social e ajudaria a criar a coesão social e uma vida mais harmoniosa para o animal humano. Dados os benefícios sociais (e não individuais) do senso moral, a evolução através da seleção natural poderia ter favorecido o florescimento dos instintos sociais de



nossos ancestrais e, gradualmente, tê-los fortalecido ao longo do tempo, acabando por atingir a poderosa consciência moral que possuímos:

A seguinte proposição me parece extremamente provável, ou seja: que qualquer animal dotado de instintos sociais bem definidos, inclusive aqueles para com os pais e os filhos, adquiriria inevitavelmente um senso moral ou uma consciência, tão logo os seus poderes intelectuais se tivessem tornado tão desenvolvidos ou quase na mesma medida que no homem (DARWIN, 1971, p. 121).

Darwin considera os seres humanos como animais sociais, possuindo poucos instintos particulares, porém, conservando algum grau de simpatia instintiva pelos seus semelhantes. Tal condição se dá pois herdamos tendências a sermos leais com nossos companheiros, além de mantermos o autocontrole e a obediência aos líderes da tribo. Nesse sentido, os instintos sociais impulsionam algumas de nossas melhores ações, uma vez que podemos passar a um estágio de desenvolvimento impensável para outros animais. Darwin propõe desse modo que um ser moral é aquele que possui condições de comparar suas atitudes e motivos passados e futuros, aprovando-os ou desaprovando-os. Assim, a única forma de vida que possui essa capacidade seria o ser humano, descartando a possibilidade de qualquer animal inferior possuir tal característica, uma “consciência capaz de olhar para trás e servir de guia para o futuro”. Ações morais seriam aquelas realizadas após deliberação dessa consciência, depois da disputa entre as motivações conflitantes. Através do hábito, seres humanos seriam estimulados por sua própria consciência, adquirindo um controle e conseguindo que seus desejos e paixões sejam suprimidos pelos instintos sociais:

O desenvolvimento das qualidades morais é um problema mais interessante. A base reside nos instintos sociais, que sob este nome incluem os vínculos familiares. Estes instintos são bastante complexos e determinam, no caso dos animais inferiores, tendências particulares para certas ações definidas; mas os elementos mais importantes são representados pelo amor e pela “simpatia”, a qual constitui uma emoção diferente. Os animais que cresceram com instintos sociais sentem prazer com a recíproca companhia, avisam-se mutuamente do perigo, defendem-se e prestam-se ajuda mútua em diversas maneiras. [...] Visto que são bastante úteis à espécie, provavelmente foram adquiridos através da seleção natural (DARWIN, 1871, p. 702-703).

Dessa forma, a consciência moral humana surgiu e se desenvolveu uma vez que possibilitou o florescimento do conjunto dos indivíduos, onde os agrupamentos humanos que desenvolveram a moralidade em maior grau foram favorecidos na luta pela vida. Entendida como capacidade desenvolvida a partir do conjunto de nossos instintos sociais primitivos e do grande potencial intelectual humano, a consciência moral por mais elevada que seja e por mais distintos que possa nos tornar, pode ser enquadrada na perspectiva darwiniana de explicação das formas de vida, conforme conclusão do próprio Darwin:



Procurei mostrar que o senso moral deriva, em primeiro lugar, da natureza permanente e sempre presente dos instintos sociais; em segundo lugar, da avaliação que o homem faz da aprovação e da desaprovação dos seus semelhantes; e, finalmente, da elevada atividade de suas faculdades mentais, capazes de impressões passadas extremamente vívidas; e sob estes últimos aspectos ele difere dos animais inferiores (DARWIN, 1871, p. 703).

A evolução como base para a moral e para a política

Após a sua formulação inicial no campo da investigação nas ciências biológicas, a visão darwiniana da evolução estendeu-se de forma ampla e desordenada a outros campos de investigação mais ligados às ciências humanas. Nesse contexto, o teórico britânico Herbert Spencer foi o primeiro a formular uma filosofia social e moral baseada na teoria da evolução. Enquanto Darwin busca desenvolver uma compreensão naturalista e evolucionista das formas de vida, da humanidade e suas características distintivas, como a capacidade moral humana, o projeto de Spencer é mais amplo e possui um caráter diferenciado: trata-se de fundamentar hipóteses políticas e morais a partir de sua leitura da perspectiva evolucionista, com vistas a desenvolver uma filosofia integralizadora – ou um “sistema de filosofia sintética”, conforme intitulou a produção científica e filosófica centrada na ideia de evolução, que começou a publicar na década de 1860.

Spencer começou a desenvolver suas hipóteses já antes da publicação de *A Origem das Espécies* em 1859, portanto antes da própria descrição da evolução humana feita por Darwin, em *A Descendência do Homem*, de 1871. Quando Spencer começa a publicar suas hipóteses, as ideias evolucionistas já estavam difundidas na Europa, como as investigações do mundo natural de viés evolutivo, como as de Jean-Baptiste Lamarck e Charles Lyell. Tais autores procuram mostrar que um processo evolutivo, entendido como uma diferenciação progressiva de características vitais, constituía a explicação mais adequada para o desenvolvimento da vida. Baseado em tais concepções, a evolução na qual Spencer se concentra é um processo progressivo, que parte da “simplicidade confusa” para a “complexidade distinta”, conforme a descrição realizada por David Cooper (1996, p. 369-370). As espécies, por exemplo, tornam-se cada vez mais heterogêneas, mais claramente distintas umas das outras e mostram mais integração e organização interna. Salvo acidentes, a evolução tende ao estado de equilíbrio, em que o máximo de diversidade e complexidade é alcançado.

Nesse sentido, Spencer busca mostrar que, além de explicar o desenvolvimento das formas de vida, a evolução constitui o princípio básico que serve de explicação para todo e qualquer desenvolvimento, desde a esfera biológica até a vida nas sociedades. Anteriormente à



difusão das hipóteses de Darwin, Spencer já é um intelectual reconhecido, abordando temas como a liberdade do indivíduo e a relação deste último com o estado, além de tratar de questões sociais em geral. Em 1851, no capítulo intitulado “A Lei dos Pobres” de sua primeira publicação mais extensa, intitulada *Social Statics*, Spencer apresenta algumas de suas expectativas sobre a sociedade ideal, a partir de uma interpretação da evolução:

Há muitas pessoas amáveis que não têm a coragem de olhar para esta questão bastante evidente. Motivadas como são por suas simpatias com o sofrimento presente, principalmente em relação às últimas consequências, evitam seguir um curso que é muito imprudente, e no final até mesmo cruel. Não consideramos verdadeira a bondade de uma mãe que satisfaz sua criança com doces que com certeza irão torná-la doente. Devemos pensar na espécie de benevolência que levou um cirurgião tolo a deixar a doença de seu paciente progredir até um problema fatal, ao invés de infligir dor por uma operação. Devemos chamar os filantropos de espúrios, pois, ao evitar a miséria presente, implicam maior miséria sobre as gerações futuras. Todos os defensores da Lei dos Pobres devem, porém, ser classificados entre tais. [...] Cegos ao fato de que, sob a ordem natural das coisas, a sociedade está constantemente excretando seus membros insalubres, imbecis, lentos, vacilantes e sem fé, esses homens não pensam, embora sejam bem-intencionados, e defendem uma interferência que não só interrompe o processo de purificação, mas ao mesmo tempo aumenta o vício – incentivando absolutamente a multiplicação do imprudente e do incompetente, oferecendo-lhes infalivelmente provisões, e desencorajando a multiplicação do competente e providente, por aumentar a dificuldade prospectiva de manter uma família. E assim, em sua ânsia de evitar os sofrimentos realmente salutares que nos rodeiam, esses aspirantes a sábios e pessoas tolas legam à posteridade uma contínua e crescente maldição. (SPENCER, 1851, p. 323-324)

O propósito geral de Spencer é englobar todas as esferas da existência, reduzindo o conhecimento a uma “lei suprema” da evolução que explica a totalidade dos fenômenos. A hipótese assume que o processo de seleção que sustenta a evolução é um mecanismo que reflete o processo cósmico de seleção. Esse processo leva necessariamente a um progresso, principalmente no caso da espécie humana, conforme defende em *The Principles of Biology*: “Desde o começo, essa pressão da população tem sido a causa mais próxima do progresso. Ela provocou a difusão original da raça. Levou os homens a abandonarem hábitos predatórios e se dedicarem à agricultura. Levou à limpeza da superfície da Terra” (SPENCER, 1864, p. 536).

Com a hipótese de Darwin em cena, a aproximação de Spencer é natural. Chega a propor uma nova terminologia a ser inserida ao trabalho de Darwin em 1864, que este prontamente aceita e utiliza na quinta edição de *A Origem das Espécies*. Tal terminologia, que se conforma à hipótese metafísica de Spencer, busca descrever de maneira mais específica o processo de seleção natural como “a sobrevivência do mais apto”. No entanto, tal terminologia gerou uma série de incompreensões, principalmente quando se buscou desenvolver uma antropologia baseada na



hipótese darwiniana. No caso das sociedades humanas, a imagem da luta pela sobrevivência seria adequada para explicar a maneira pela qual ocorre a evolução, pois se trata do motor que impulsionaria um movimento em direção ao progresso. Nesse sentido, a competição seria útil para fazer com que os indivíduos fossem selecionados e promover os traços transmitidos para futuras gerações. Os indivíduos que não possuíam tais traços acabariam eliminados pelo processo evolutivo, produzindo uma sociedade mais próxima da perfeição, caracterizada pela estabilidade, harmonia, paz, altruísmo e cooperação, resultando num constante progresso social e moral.

Spencer encontra a chave para atingir seu “propósito supremo”, que é “encontrar uma base científica para os princípios do certo e do errado” (Citado em BURROW, 1966, p. 215), onde “a aceitação da doutrina da evolução orgânica determina certas concepções éticas” (SPENCER, 1897, p. 25). Há assim um elo entre evolução, sociedade e moralidade que, uma vez descoberto, serviria de fundamento para o estabelecimento de uma moralidade adequada para os seres humanos – uma *ética evolucionista*. Escritos entre 1879 e 1892, e os *The Principles of Ethics* de Spencer buscam esclarecer a conexão entre a evolução e a moralidade humana:

Temos que começar a considerar os fenômenos morais como fenômenos da evolução: somos forçados a fazer isso ao descobrir que eles são uma parte do conjunto de fenômenos que a evolução opera. Se todo o universo visível tem evoluído e se o sistema solar como um todo, a Terra como uma parte dele, a vida em geral, que a Terra suporta, assim como a de cada organismo individual, se os fenômenos mentais exibidos por todas as criaturas, assim como os fenômenos apresentados pelos agregados desses seres superiores estão todos em conformidade com as leis da evolução; então a implicação necessária é que esses fenômenos de conduta nessas criaturas superiores com as quais a moral está concernida também estão em conformidade com ela (SPENCER, 1897, p. 56).

Em última análise, o processo evolutivo irá produzir uma sociedade comum a todos, onde mulheres teriam os mesmos direitos que homens e os governos se tornariam desnecessários. Enquanto isso, o Estado não deveria fazer nada para aliviar os sofrimentos dos inaptos. Afinal, como Spencer já defendia em 1851, “todo o esforço da natureza é para se livrar de tal, para limpar o mundo deles, para dar espaço para o melhor” (SPENCER, 1851, p. 379). Dessa forma, a consequência política da hipótese moral de Spencer é que além de manter a justiça, o Estado não pode fazer mais nada sem transgredir a justiça, porque neste caso estará a proteger os indivíduos inferiores contra o rateio natural de recompensas e castigos, dos quais dependem a sobrevivência e a melhoria do grupo. Assim, a evolução natural da sociedade humana nos aproximaria cada vez mais do Estado perfeito.



No final do século XIX, numa ampliação sociológica, política e econômica das hipóteses de Spencer, surge a proposta que ficará conhecida como “darwinismo social”, que trata abertamente de entender a vida social e política dos seres humanos por meio de categorias pretensamente biológicas. As noções gerais do darwinismo social – termo criado popularizado pelo historiador Richard Hofstadter em 1944 – buscam fundamentar uma defesa da luta pela sobrevivência no interior da sociedade, onde o indivíduo capaz triunfa e o incompetente fracassa. No campo político, a ideologia do darwinismo social influencia posicionamentos agressivos nas relações entre as nações e grupos sociais. Tal hipótese teve considerável influência em sua época, com grande popularidade e utilizado como justificativa política e econômica em circunstâncias históricas do fim do século XIX e início do século XX, como o imperialismo, o nacionalismo, o liberalismo e o escalonamento racial – cada um a seu modo afirmando a ideia de que a sobrevivência dos melhores e mais aptos indivíduos levará, necessariamente, a um avanço e progresso em toda a sociedade (HOYOS, 2001, p. 21).³ Um dos principais nomes do darwinismo social no fim do século XIX é Ernst Haeckel, defensor das hipóteses evolucionistas na Alemanha, que considerava a evolução “a palavra mágica com a qual resolveremos todos os enigmas” (citado em BURROW, 1966, p. 224-5). Um dos principais enigmas a ser esclarecido pela evolução seria o modo como a lei da seleção natural seria aplicada aos grupos humanos. Segundo Haeckel, tal aplicação seria mera consequência da “cruel e implacável luta pela existência que reina e tem que reinar na natureza, num incessante e inexorável enfrentamento de todos os seres vivos” (citado em RICHARDS, 1987, p. 596). Diversas apropriações políticas e sociais do darwinismo encontraram lugar na Alemanha de Haeckel e ainda se debate o impacto de tais circunstâncias para o surgimento da ideologia nacionalista alemã e do nazismo na primeira metade do século XX. (RICHARDS, 2013, p. 26).

Mesmo com o apelo e popularidade das propostas sociopolíticas de Spencer e ligadas ao que ficou conhecido como darwinismo social, também surgiram críticas de diferentes naturezas a tais filosofias. Tais críticas podem ser divididas em dois grupos. Num primeiro conjunto de críticas, podem ser alocadas as observações ligadas ao âmbito da compreensão do processo evolutivo por Spencer e por darwinistas sociais. Já num segundo grupo encontram-se as críticas argumentativas ligadas ao âmbito filosófico, que apontam para a inadequação moral, metafísica e

³ Análises históricas mais detidas sobre a influência do darwinismo social podem ser encontradas de forma detalhada, em ampla bibliografia. Miranda Carter (2010 [2013]) descreve a influência do darwinismo social no imperialismo britânico. Ian Kershaw (2015 [2016]) descreve a influência do darwinismo social sobre o nacionalismo alemão e o nazismo, assim como Robert Richards (1987) expõe as bases darwinistas sociais do *laissez faire* norte-americano. Lilian Moritz Schwarz (1993) faz um rico levantamento da presença do darwinismo social no escalonamento racial no Brasil do início do século XX.



semântica de tais propostas. Apesar de amplamente criticada, a visão spenceriana, que fundamenta o darwinismo social, é o que comumente se compreende como a aproximação possível entre a proposta darwiniana e a humanidade, tanto moralmente como politicamente. Nesse contexto, Michael Ruse (1995, p. 500) afirma que “o tema não tem boa reputação, e não totalmente sem merecimento. Está relacionada a alguns dos excessos morais e políticos mais grotescos do século passado e a algumas das falácias filosóficas mais grosseiras”⁴.

Metodologicamente, Spencer possui dois objetivos fundamentais. O primeiro consiste em transpor a teoria biológica para a ordem social, obtendo assim uma pretensa explicação sobre a maneira como forças evolutivas atuam no interior da sociedade. A terminologia spenceriana da “sobrevivência do mais apto” captura aqui esse aspecto causal do produto do processo de evolução. Esse programa explicativo consiste em descrever o comportamento enumerando suas causas, baseando-se numa determinada visão do processo evolutivo. Já o segundo objetivo difere-se de um programa descritivo e explicativo, uma vez que busca derivar das descrições comportamentais princípios de conduta adequados para todos os seres humanos. Quando a hipótese introduz a ideia de “mais apto” introduz também uma ideia especial acerca de como se deve proceder para manter-se nessa sociedade. Desse modo, partindo de considerações empíricas acerca do modo como as formas de vida se desenvolvem, adota o mesmo modelo para explicar a maneira a partir das quais as sociedades irão “evoluir” ou progredir. Spencer introduz também uma avaliação sobre como as sociedades devem proceder e qual é o tipo de indivíduo que deveria ser desenvolvido nessa sociedade.

No entanto, segundo Ernst Mayr (1988, p. 431), Spencer contribuiu para que a teoria da evolução de Darwin fosse mal compreendida. A evolução para Spencer era um princípio metafísico, definida como uma “integração da matéria e concomitante dissipação de movimento; durante ela, a matéria passa de uma homogeneidade indefinida e incoerente para uma heterogeneidade definida e coerente.”. Tal processo estaria evidenciado na ideia spenceriana de “sobrevivência do mais apto”. No entanto, a sobrevivência não é uma propriedade diretamente presente no organismo, como dá a entender, mas apenas uma indicação de que o organismo possui certos atributos favoráveis à sua sobrevivência em determinadas circunstâncias. Nesse

⁴ De acordo com Steven Pinker (2004, p. 216), “Hitler inegavelmente foi influenciado pelas versões abastardadas do darwinismo e da genética que se popularizaram nas primeiras décadas do século XX, e citou especificamente a seleção natural e a sobrevivência dos mais aptos quando expôs sua doutrina. Ele acreditava no darwinismo social extremo no qual os grupos eram a unidade de seleção e a luta entre os grupos eram necessárias para o vigor e a força da nação.”. A compreensão errônea da evolução que deu origem o darwinismo social fez com que as ciências sociais praticamente desconsiderassem qualquer proposta que explicasse o comportamento humano que considerassem a biologia.



sentido, ser “apto” significa que o organismo simplesmente possui certas propriedades que aumentam a probabilidade de que venha a sobreviver num certo ambiente e numa determinada situação. Dessa forma, a definição de seleção natural como “sobrevivência do mais apto” é deficiente justamente por não especificar as circunstâncias ecológicas e ambientes em que tais ou quais indivíduos seriam mais aptos. Não existem indivíduos e espécies que sejam aptos em todas as circunstâncias e em todos os ambientes. E uma vez que os ambientes ecológicos mudam com o passar do tempo, é de fundamental importância considerar tais condições na seleção.⁵

Conforme William Fitzpatrick (2008), a concepção spenceriana de evolução envolvia também um processo teleológico progressivo, voltado para a produção de formas progressivamente mais evoluídas, manifestando maior riqueza de pensamento e ação, assim como uma maior duração da vida. Nesse sentido, o comportamento humano seria “mais evoluído” do que o comportamento de outros animais, assim como o comportamento harmonioso e solidário das pessoas em “sociedades permanentemente pacíficas” seria “mais evoluído” do que o comportamento de sociedades menos harmoniosas, uma vez que servia à totalidade da vida harmoniosa e feliz, a finalidade da evolução. Porém, tal concepção se afasta da visão darwiniana uma vez que esta nega que a processo evolutivo seja um processo teleológico, que se dirige a determinado fim. Assim, é inválida a associação entre as noções de Spencer, que envolve formas ou condutas “mais evoluídas” (pelo qual os seres humanos, por exemplo, são “mais evoluídos” em relação a outras espécies, ou que as condutas éticas sejam “mais evoluídas” do que condutas antiéticas) com as hipóteses de Darwin.

O darwinismo centra-se sobre a aptidão reprodutiva, no lugar da noção de Spencer da “totalidade maior” da vida em si, na prole e no próximo, no progresso entre outras diferenças fundamentais. Nesse sentido, a argumentação sobre a possível relação entre biologia evolutiva e ética desenvolvida por Spencer baseia-se numa concepção equivocada, que envolve uma noção de progresso questionável do processo evolutivo. Mesmo que exista na concepção de Darwin uma ideia de evolução que envolve a passagem do mais simples ao mais complexo, a hipótese darwiniana de evolução não possui a mesma carga progressiva e teleológica pressuposta por Spencer e os defensores do darwinismo social. Desse modo, em sua maioria, Spencer e os darwinistas sociais seriam mais apropriadamente chamados de “lamarckistas sociais”, uma vez

⁵ Para Darwin, a ideia de uma evolução progressiva necessária era uma sobreposição gratuita de valores humanos a um processo fundamentalmente isento de qualquer tipo de valor. Darwin se propôs a explicar a diversificação das espécies, a produção das diferenças e que, originalmente, nem mesmo usou o termo “evolução”. Uma lei progressiva unidimensional negava a equivalência biológica das espécies vivas garantida por seus persistentes poderes de reprodução. (HOWARD, 1982, p. 117). No entanto, o próprio Darwin pode ter contribuído para essa situação, na medida em que não observou ou explicitou tais divergências.



que desenvolveram sua visão de progresso com base na hipótese de Lamarck, que envolvia uma ação do indivíduo para a sua evolução. “Finalidade” e “progresso” são concepções estranhas ao processo natural e contingente que encontramos descrito nas páginas de *A Origem das Espécies*. Trata-se do “mau uso das ideias de Darwin”, de uma apropriação da teoria do naturalista inglês para explicação de certos aspectos que não correspondem à teoria evolucionista originalmente proposta, conforme terminologia proposta por Donald Symons (1992, p. 137).

Um questionamento filosófico mais amplo sobre a proposta de Spencer remonta a uma observação clássica, que já havia sido proferida pelo filósofo David Hume, ainda no século XVIII. Trata-se da passagem indevida de descrições factuais para sistematizações normativas sobre o modo como os seres humanos devem agir. Hume acusa o caráter indevido dessa passagem dos fatos empiricamente observados à estipulação de um dever, ou seja, à ordem normativa. Conhecida como “Lei de Hume”, essa análise que vê como problemática a passagem sem mais esclarecimentos de uma esfera à outra (da ordem factual à ordem normativa) está presente numa famosa passagem do Livro III do *Tratado da Natureza Humana*, de 1739. Ali Hume afirma haver uma inconsistência lógica na derivação para o campo da moral – ligado ao “deve” – de afirmações originárias dos âmbitos factuais – ligados ao “é”. Nas palavras de Hume:

Em todo sistema de moral que até hoje encontrei, sempre notei que o autor segue durante algum tempo o modo comum de raciocinar, estabelecendo a existência de Deus, ou fazendo observações a respeito dos assuntos humanos, quando, de repente, surpreendo-me ao ver que, em vez das cópulas proposicionais usuais, como é e não é, não encontro uma só proposição que não esteja conectada a outra por um deve ou não deve. Essa mudança é imperceptível, porém da maior importância. Pois, como esse deve ou não deve expressa uma nova relação ou afirmação, esta precisaria ser notada e explicada; ao mesmo tempo, seria preciso que se desse uma razão para algo que parece inteiramente inconcebível, ou seja, como essa nova relação pode ser deduzida de outras inteiramente diferentes (HUME, 1739, p. 509).

A passagem imperceptível do “é” ao “deve” é denunciada uma vez que dizer o que é e o que deve ser são duas coisas diferentes. Isso se dá, porque, primeiramente, os fatos empíricos não contêm indicações normativas, caso contrário, não seriam puramente empíricos. Em segundo lugar, como não existem elementos normativos nos fatos, não é possível assentar sobre eles conclusões normativas, porque conclusões são válidas somente se todas as informações necessárias a tais estiverem presentes nas premissas. Nesse sentido, Hume argumentou que era logicamente impossível partir de um conjunto de premissas puramente factuais e chegar a uma conclusão normativa.



Outro ataque foi lançado pelo filósofo George E. Moore (1903), que desenvolveu as mais fortes críticas ao estabelecimento de uma ética evolucionista segundo a proposta de Spencer e defensores do darwinismo social. Seu ataque veio a dificultar as pretensões de uma proposta política e moral fundada na teoria evolucionista, juntamente com as críticas sobre a má compreensão do processo evolucionista por parte dos adeptos dos darwinistas sociais. Considera-se, com frequência, que o darwinismo social e as tentativas de elaborar uma teoria moral normativa com base na evolução tiveram sua morte intelectual pelas mãos deste filósofo, que demonstrou que tais tentativas incorriam numa falácia, identificada por Moore como “falácia naturalista”, muitas vezes equiparada com a observação de Hume acerca da passagem indevida entre fatos e valores.

Em *Principia Ethica* (1903), Moore lança um ataque geral aos sistemas éticos, apontando que boa parte dos mesmos incorre de algum modo na “falácia naturalista”. A maior parte dos sistemas éticos busca uma definição de “bondade” em referência a alguma “outra coisa”, que pode ser um objeto natural ou algo cuja existência se infere de alguma forma. Moore interessava-se pela definição de “bem” e particularmente se “bem” era uma propriedade simples ou complexa. As propriedades simples, de acordo com Moore, são indefiníveis porque não podem ser descritas usando propriedades mais básicas. As propriedades complexas podem ser definidas a partir de suas propriedades básicas. Assim, o “amarelo” não pode ser definido porque não tem partes constituintes, Para Moore, e o mesmo acontece com “bem”. A “bondade” é uma propriedade simples (isto é, não construída de partes), não-natural (isto é, não determinável ou mensurável por quaisquer meios empíricos), e indefinível, cuja presença somente poderia ser intuída. Implica-se na falácia naturalista quando tentamos definir “bem” em referência a algo natural, isto é, empiricamente verificável. O bem não pode ser definido por quaisquer outras propriedades, sejam elas naturais ou metafísicas. É o que ocorre com Spencer e os defensores do darwinismo social, que consideravam que o “bem” algo que pode ser entendido como aquilo que a operação do processo de evolução fornecia, seja na forma de “felicidade” ou “liberdade”. Nesse sentido, Moore acusa Spencer de cometer a falácia naturalista, “identificando a simples noção de que queremos dizer com ‘bem’ com alguma outra ideia” (MOORE, 1903, p. 58).

No entanto, é interessante observar que Moore teve o cuidado de primeiramente distinguir as ideias de Darwin das de Spencer e seus seguidores. Moore refere-se a Darwin como uma figura importante no pensamento biológico e classificou Spencer como o mais conhecido dos muitos escritores populares sobre “ética evolucionista”. De acordo com Paul Farber (1994, p. 184), o que Moore rejeita na proposta moral de Spencer é a passagem, que não se encontra em



Darwin, entre a afirmação de que, do ponto de vista moral, “x é mais evoluído” para a afirmação de que “x é superior” no sentido de ser melhor. A reivindicação mais comum de tais “éticas”, de acordo com Moore, era simples: “que devemos avançar no sentido da evolução, simplesmente porque é o sentido da evolução”. Trata-se de um exemplo clássico da falácia naturalista, a falácia que consiste em identificar a noção do que queremos dizer com “bem” com alguma outra noção.

Darwin foi um darwinista social?

Podemos localizar os empreendimentos de Darwin e de Spencer e os darwinistas sociais em campos separados. Darwin, ao buscar compreender como o senso moral humano poderia ter emergido naturalmente a partir do florescimento da nossa espécie, desenvolve um projeto descritivo sobre a origem da capacidade moral humana. Assim, teríamos com Darwin uma tentativa explicação da estruturação de nossa psicologia moral, na qual a biologia poderia fornecer (ao menos em parte) uma explicação de natureza evolutiva de como nossa espécie tornou-se capaz de desenvolver juízos e conceitos morais. Já Spencer e os darwinistas sociais têm um projeto diferente, que envolve a proposta de uma normatização moral a partir de sua compreensão do processo evolutivo. Nesse caso, a biologia evolucionista poderia dizer quais são as nossas obrigações morais, derivando assim os princípios morais a partir do processo evolutivo.

Nesse sentido, um ponto a ser destacado é a diferença entre o *programa descritivo* de Darwin e o *programa normativo* de Spencer e seus defensores. Mesmo com as dificuldades da hipótese darwiniana em explicar elementos da evolução do comportamento animal e da psicologia humana, sua tentativa de compreender naturalmente a origem e o florescimento de nossa “consciência moral”, em suas palavras, abre relevantes possibilidades de investigação. O programa descritivo darwiniano não encontra as mesmas restrições de ordem normativa que alegadamente limitam o alcance de uma “ética evolucionista”, mesmo com as limitações de evidências ou pesquisas empíricas mais amplas sobre a existência de um senso moral humano. Por outro lado, o programa normativo de Spencer encontra sérias dificuldades, conforme pudemos notar ao tratarmos das observações de Hume e Moore, além das observações acerca da compreensão inadequada que possuíam acerca do processo evolutivo. Com base em tais considerações metodológicas, podemos considerar que Darwin não foi um darwinista social, devido principalmente ao modo como abordou a moralidade a partir da perspectiva evolucionista e descritiva. Spencer e os adeptos do darwinismo social, por outro lado, ao buscar uma ordem moral no mundo natural, cometeram erros do ponto de vista científico e filosóficos. No entanto,



a influência de tais concepções foi muito mais ampla do que o programa darwiniano, originando propostas morais, políticas e sociais que ainda nos assombram.

Referências Bibliográficas

- AMIS, Martin. **A Informação**. Tradução de Angelo Venosa. Companhia das Letras: São Paulo, 1995.
- BOWLER, Peter. **Evolution: The History of an Idea**. Berkeley: University of California Press, 1989
- BROWNE, Janet. **A Origem das Espécies de Darwin: Uma Biografia**. Tradução de Maria Luíza Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BURROW, John. **Evolution and Society**. Cambridge: Cambridge University Press, 1966.
- CARTER, Miranda. **Os Três Imperadores**. Tradução de Clóvis Marques. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- CHANGEUX, Jean Pierre. **Fundamentos Naturais da Ética**. Tradução de Vasco Casimiro. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- COOPER, David. **Filosofias do mundo**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- DARWIN, Charles. **A Origem das Espécies**. Tradução de Ana Afonso. Lisboa: Planeta Vivo, 2009. (1859)
- _____. **A Origem do Homem e a Seleção Sexual**. Tradução de Atílio Cancian e Eduardo Nunes Fonseca. São Paulo: Hemus Editora, 1974. (1871)
- DENNETT, Daniel. **A Perigosa Idéia de Darwin**. Tradução de Talita Rodrigues. São Paulo: Editora Rocco, 1995.
- FARBER, Paul. **The Temptations of Evolutionary Ethics**. Berkeley: University of California Press, 1994.
- FITZPATRICK, William. “Morality and Evolutionary Biology”. In: **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Disponível em <<https://plato.stanford.edu/entries/morality-biology/>>. Publicado em 2008. Acessado em 24/04/2018.
- GOULD, Stephen Jay. **Darwin e os Grandes Enigmas da Vida**. Tradução de Maria Elizabeth. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- HOFSTADTER, Richard. **Social Darwinism in American Thought, 1860-1915**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1992.
- HOWARD, Jonathan. **Darwin**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- HUME, David. **Tratado da Natureza Humana**. Tradução de Serafim da Silva Fontes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- HULL, David. “**Darwinism as a historical entity: A historiographic proposal.**” In: KOHN, David (Org.) *The Darwinian Heritage*. Princeton: Princeton University Press, 1985.
- KERSHAW, Ian. **De Volta do Inferno: Europa: 1914-1949**. Tradução de Donaldson Garschagen e Renata Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.



- LEWENS, Tim. **Darwin**. Londres: Routledge, 2007.
- MAYR, Ernst. **Toward a New Philosophy of Biology**. Cambridge: Harvard University Press, 1988.
- _____. **Biologia, Ciência Única**. Tradução de Marcelo Leite. Companhia das Letras, 2006.
- MOORE, George. E. **Principia Ethica**. Tradução de Maria Manuela Rocheta Santos e Isabel Pedro dos Santos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. (1903)
- ORTEGA Y GASSET, José. **Meditação da técnica**. Tradução de Luis Washington Vita. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1963.
- PAGELS, Heinz. **Os Sonhos da Razão: O computador e a ascensão das ciências da complexidade**. Tradução de José Luis Lima. Lisboa: Gradiva, 1990.
- PALEY, Willian. **Natural Theology. Or, Evidences of the Existence and Attributes of the Deity, Collected from the Appearances of Nature**. Bridgewater Treatises, Faulder, 1803.
- PINKER, Steven. **Tabula Rasa: A negação contemporânea da natureza humana**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- REALE, Giovanni & ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Do Romantismo aos nossos dias (Vol. 3)**. Tradução de Álvaro Cunha. São Paulo: Editora Paulus 1991.
- RICHARDS, Robert. **Darwin and the emergence of evolutionary theories of mind and behavior**. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- _____. **Was Hitler a Darwinian? Disputed questions in the history of evolutionary theory**. Chicago: University of Chicago Press, 2013.
- RUSE, Michael. **Levando Darwin a Sério**. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- STAMOS, David. **A Evolução e os Grandes Temas**. Tradução de Cecília Camargo Bartalotti. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- SYMONS, Donald. “On the use and misuse of darwinism in the study of human behavior”. In: BARKOW, Jerome; COSMIDES, Leda; TOOBY, John. **The Adapted Mind: Evolutionary Psychology and the Generation of Culture**. Oxford: Oxford University Press, 1992.